

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE DEZEMBRO DE 1995

*Senhor Secretário Eduardo Jorge, Secretário-Geral da Presidência; Senhores Parlamentares, Senadores, Deputados; Senhores Reitores aqui presentes; Senhoras e Senhores,*

Primeiramente, é prazeroso ouvir a síntese feita pelo Ministro Paulo Renato e a conclusão de que nós iniciamos o ano e estamos terminando-o com ações na educação. E é verdade, é verdade que desde o início do ano nós tínhamos empenho nisso. Não faltou quem achasse um pouco estranho que o Presidente da República fosse a uma escola primária, no interior da Bahia, para dar aula, simbolicamente, mas eu achei que era necessário chamar a atenção para a questão educacional do Brasil e, sobretudo, para a questão da escola fundamental. E este ano todo, o Ministério correspondeu às nossas expectativas. O Ministro já salientou o fato de que isso foi feito também com o apoio do Congresso e graças ao apoio do Congresso.

Difícilmente teremos tido, na nossa história parlamentar, um ano tão proveitoso quanto este, em todas as matérias: reforma constitucional; mudança no Imposto de Renda, Pessoa Física, Pessoa Jurídica; mu-

danças na questão da educação. Enfim, o Governo teve a satisfação de ver todas as suas propostas aprovadas pelo Congresso Nacional, sem nenhuma exceção. Inclusive agora, neste mês de dezembro, antes de entrar em recesso, tudo que dependia de anualidade foi resolvido, com a maior responsabilidade, pelo Congresso Nacional. Eu agradeço também.

Mas acho que, especificamente no caso de educação, nós tivemos um ano que marca uma mudança no rumo. Isso é que é importante. Esses processos são estruturais, como ainda recentemente lembrava o Presidente Sarney. Tudo que é estrutural leva tempo, os efeitos não são sentidos de imediato. O importante, num processo estrutural, é torná-lo de tal maneira enraizado no arcabouço jurídico e, sobretudo, na cultura, na mentalidade, que ele não tenha retrocessos futuros.

Eu acho que essa foi a orientação. Creio que o Ministério da Educação, primeiro, nesta PEC, que é uma proposta de emenda constitucional, que está no Congresso e já teve parecer favorável de admissibilidade, uma proposta que altera, de maneira positiva, a questão dos recursos, da destinação deles para o setor das escolas, e da escola fundamental; que obriga a União a complementar recursos dos municípios mais pobres do País; que garante um dispêndio mínimo para todas as escolas primárias e fundamentais; que também garante um salário médio adequado, o máximo possível, nas nossas condições, e que significa um aumento efetivo, substantivo, sobretudo para as áreas mais pobres do Brasil. É claro que nas áreas mais ricas sempre se poderá reclamar, e tal, e dizer que é insuficiente – e sempre é insuficiente, é mesmo –, mas é o que nunca se fez.

Está-se fazendo, na educação do Brasil, aquilo que há muito tempo não se fazia: é ela ter rumo. E esse rumo não seria completo se não houvesse também uma atenção toda especial à universidade. E, no momento em que aqui há vários reitores presentes, sabem do esforço que está sendo feito, que é um esforço difícil, porque não se trata pura e simplesmente de aumentar recursos para as universidades. Trata-se de mudar o modo como as decisões sobre os recursos são tomadas na própria universidade.

Na medida em que for possível aprovar, como anunciou o Ministro Paulo Renato, uma lei que dê autonomia financeira à universidade, essa

autonomia não vai significar mais recursos: vai significar um recurso básico mínimo, fundamental, e, aí, sim, mais capacidade de tomar decisões, tendo em vista as peculiaridades de cada universidade. Custa quebrar o espírito centralizador, monopolista, de Brasília, que tudo tem que ser aqui, no Governo Central; custa muito, mas nós estamos quebrando. Por quê? Para garantir a Federação. Quebrar não significa que o Governo Central se desobrigue, não significa perda de sentido na homogeneidade nacional, mas significa enriquecimento com a riqueza particular de cada estado, de cada município, de cada universidade.

E nós temos que entender que, no mundo de hoje, sobretudo agora, com essa economia globalizada, ao mesmo tempo em que há uma globalização, há uma valorização daquilo que é específico, que é peculiar. E é isso que nós estamos fazendo, na questão educacional. O fato, mesmo, de que temos gasto mais este ano do que no ano passado, de modo estável, com a educação primária é uma mostra de que, efetivamente, estamos fazendo o que dissemos que íamos fazer, é um comprometimento, com certas áreas sociais, de um gasto que fosse adequado para as populações mais pobres, mais carentes e para o ensino fundamental.

Mas também, ao refazer o modo como se pensa a autonomia da universidade, esta lei que assinei hoje é uma lei importante, porque devolve o equilíbrio necessário, para que as universidades tenham um encaminhamento correto. A participação é essencial, mas não se pode desvirtuar a participação no assembleísmo, não se pode desvirtuar a participação e a representação adequada em uma política menor, às vezes fantasiada de política partidária – quase sempre nem é isso, é uma política menor, que leva, simplesmente, a concessões populistas, para obter voto na universidade.

Eu venho da universidade, fui professor a vida inteira. Sou catedrático, que é título antigo, mas sou da época em que só os catedráticos tinham assento no Conselho Universitário, ou um ou outro representante – eu me sentei como representante de tudo: aluno, ex-aluno, doutor, livre docente, catedrático. Pois bem, era muito fechado, era muito estrito, era ruim, porque não havia a aeração necessária.

Depois passamos para o lado oposto, para uma compreensão inadequada da responsabilidade na condução da vida universitária, e com uma certa politização menor, com perda dos objetivos centrais da produção do saber. E a hierarquização do saber tem que existir, na universidade. Quem sabe, sabe; quem não sabe se sacode. Universidade é igualdade de oportunidade, o resto é o esforço e o talento. E o esforço e o talento têm que ter a soma, dentro da universidade, para que a universidade possa, efetivamente, funcionar tal como a sociedade deseja, ou seja, criando, produzindo, e não simplesmente reproduzindo, e não simplesmente distribuindo benesses.

Essa é a compreensão verdadeira da democracia, e não o populismo pseudodemocratizador. Esta lei restabelece um princípio democrático, dentro da universidade: ela dá participação, que é necessária. Ela não é mais como foi no passado, uma universidade estamental, em que só o estamento superior dos catedráticos comandava. É uma universidade do diálogo, mas é uma universidade também onde a hierarquia do saber prevalece. E eu digo com toda tranquilidade: prevalece porque fora disso a universidade deixa de poder contribuir para a sociedade naquilo que lhe é específico.

Outra coisa é o Congresso, onde realmente cada pessoa tem um voto e só um voto e tem que ser tudo igualitário. E tem que ser mesmo, porque é representação de outro sentido da vontade geral do País. A universidade não é um Minicongresso. Quando ela se torna um Minicongresso é um péssimo Congresso porque perde aquilo que lhe é próprio, que é a representação do saber, e não da soma de vontades que se organizam às vezes corporativamente, às vezes populisticamente, às vezes com a idéia “iluminada” de que são os melhores. Nenhum desses critérios serve para orientar uma universidade.

Então, nós estamos mudando efetivamente o sentido das coisas na área da educação. Estamos mudando em muitos outros aspectos. Eu hoje espero ainda receber um telefonema para me confirmar que já teremos assentadas na área rural mais de 40.000 famílias. Eu tinha dito que me comprometi com 40.000. E, com todas as confusões havidas ou por haver, nós estamos conseguindo o que nunca foi feito antes no

Brasil – posso repetir com tranqüilidade –, nunca foi feito no Brasil: 40.000 famílias assentadas.

Então, na área social, nós estamos mexendo naquilo que é profundo. E o que é profundo não é a propaganda. O que é profundo não é de impacto, no sentido de manchete. É outra coisa que implica realmente continuidade, persistência, que é o que eu estou vendo no Ministério da Educação.

Qualquer país que se leve a sério, quando toma um rumo, quando decide, mantém o rumo.

Eu tenho sido bastante cortante quando vejo tiroteios: “Porque tem que mudar aqui, mudar acolá”. Não muda coisa nenhuma, a não ser que haja erro de condução. Não havendo erro de condução, ...

Estamos aqui hoje tendo a alegria de receber também outras contribuições à educação, no caso do esporte. Quando se tem rumo, o que é preciso é persistir no rumo. E um sinal de maturidade de um país é quando esse país não anda em ziguezague. Não tinha a cada momento uma idéia nova, uma pessoa nova, uma candidatura para cá, para lá, para tal? Não! O Brasil precisa de calma, precisa de visar um horizonte, não entrar em ebulição sem necessidade e persistir no caminho. É o que nós estamos fazendo na educação.

E eu também agora quero agradecer mais uma vez a presença dos senhores todos, aqui, enriquecida pelos nossos campeões. Quero também lhes dizer que a equipe do Ministro Paulo Renato é uma equipe excelente, competente, dedicada – não vou citar um por um porque posso me esquecer de alguns. Estão fazendo as coisas que têm que ser feitas. E é assim que se faz – com dedicação, com perseverança, até com modéstia, mas é assim que se faz.

Agradeço muito e quero felicitar, em particular, o Ministro Paulo Renato, que, apesar da intervenção cirúrgica que o levou a ficar um pouco fora de forma um ou dois meses, mostrou que a gente recupera fácil e que, com o sangue circulando com mais velocidade nas veias, precisa segurar a imaginação, porque é grande. E eu tenho certeza de que a energia que ele tem agora, de sobra, com esta recuperação, vai deixar essa equipe muito atormentada. Já está. Mas é bom que fiquem

atormentados. E eu só não vou atormentá-los falando mais, porque viajei 58 horas de avião nesses últimos dias e ainda estou um pouco ziguezagueante em função das mudanças de horário, de clima e tudo o mais. Mas quero lhes desejar, aproveitando a oportunidade, um Feliz Natal para todos que trabalharam na educação, aos reitores, aos parlamentares, aos membros do Ministério, ao Ministro, e dizer que continuo com muita confiança em vocês e que o ano que vem vai ser de mais realizações ainda.

Muito obrigado.